

## II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial “LÍNGUA DE CIÊNCIA”

Pág.2



### **Mozambique**

Curso de literaturas  
em língua portuguesa  
assinala 25 anos

Exposição  
“Enriquecer leituras”  
em Maputo

Pág.4

Quatro Textos  
selecionados  
em Portugal para o  
Prémio António José  
da Silva

Pág.4

Azulejaria portuguesa  
em Sevilha

Pág.4



**Legis-PALOP**  
Novos projectos em agenda

Pág.3



FOTO: CELIA PEREIRA

## “Língua portuguesa, língua de ciência”

■ A 2ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial retoma os grandes temas que ocuparam a 1ª Conferência, realizada em Brasília em 2010, para avaliar os progressos alcançados e o que falta fazer em relação a cada um. São esses temas a implantação do português nas organizações internacionais; a promoção do ensino da língua; a entrada em vigor do acordo ortográfico; e, de modo mais geral, a difusão da língua portuguesa a escala mundial, com relevo para as numerosas comuni-

dades emigrantes que formam a diáspora do português em ambientes aloglotos. A estes temas, de evidente importância e complexidade, foi este ano adicionado um outro, específico da 2ª Conferência: a promoção do português como língua da ciência e da inovação.

A escolha deste tópico tem suscitado algumas perguntas, previsíveis e pertinentes no seu pragmatismo, que convergem no seguinte: num mundo cada vez mais globalizado, em que a língua-franca da comunicação é o inglês e

em que o conhecimento tem de ser produzido e transmitido em língua inglesa, sob pena de ficar ignorado e sem influência, que sentido faz promover movimentos que remam contra essa corrente? Que eficiência poderá ter uma descoberta alcançada, por exemplo, por uma equipa de médicos portugueses, se não for publicada em revista internacional e, já se vê, redigida em inglês? Mais ainda, que hipóteses teria essa descoberta de ser validada *inter pares* e acolhida pela comunidade científica internacional como genuína e útil? Em outro plano, como não concordar com as escolas portuguesas que oferecem o seu ensino em língua inglesa, dessa forma captando alunos estrangeiros, ao mesmo tempo que habilitam os portugueses a encarar prosseguimentos de estudo e trabalho no estrangeiro, sem pensar adaptações linguísticas? Finalmente, teria um reputado crítico como Harold Bloom escrito sobre Fernando Pessoa, se não tivesse tido acesso às traduções dos seus poemas para inglês e a alguns estudos nessa mesma língua, já que os originais portugueses de Pessoa lhe passam ao lado, assim como a maior parte da literatura crítica pessoana?

No mundo em que vivemos, o inglês é sem contestação a principal língua ativa na produção de ciência, cultura e conhecimento e é também a principal língua passiva de estudo e aquisição de conhecimento. Um cientista ou um estudante que não soubesse ler inglês ficaria singularmente limitado nas suas fontes de informação, com consequências perigosas para a qualidade e a atualidade da sua formação.

A 2ª Conferência não vai contra essas evidências, nem as ignora. Mas chama simplesmente a atenção para que o inglês não é, nem deve ser visto, como a única língua de ciência: outras grandes línguas de cultura, entre elas o português, possuem longas literaturas científicas que, em certos domínios, constituem incontornável referência internacio-

objecto, para perceber o que nela não está aparente – e para não dizer banalidades. No caso da língua portuguesa, facilmente se reconhece o papel instrumental que tem desempenhado, historicamente e na mais recente atualidade, no desenvolvimento de domínios científicos como a medicina tropical, a geografia humana e a antropologia, as ciências da terra, os sectores energéticos e outras atividades económicas, de modo semelhante alimentadas por contactos triangulares no Atlântico Sul; a literatura pertinente nesses domínios científicos continua a só ter vantagens em ser veiculada em português. Há que ter em mente que não é só no mundo em que a língua inglesa é dominante que se passam as coisas; também há, entre os outros, um mundo emergente de países que comunicam em português e que não devem precisar de outra língua para as trocas de conhecimento que entre si efetuam.

Internacionalização não é sinónimo de exportação para o mundo anglo-saxónico. Além do muito que se pode fazer pelo reconhecimento internacional da língua portuguesa sem sair dos países lusofalantes, a intercomunicação entre os respetivos agentes culturais e produtores científicos e industriais contém um genuíno elemento internacionalizante.

E contém dificuldades de funcionamento que são superáveis, se forem reconhecidas. Nem tudo foi feito ainda, pelos países que falam português, para apresentarem uma face de unidade linguística frente ao resto do mundo: por exemplo, são possíveis aperfeiçoamentos onde os ensinantes de português como língua estrangeira competem, em vez de coincidirem; por exemplo, é possível, havendo desajo disso, criar mecanismos estáveis de harmonização terminológica, que evitem uma deriva há muito diagnosticada: um confronto realizado entre cerca de mil termos de informática correntes no Brasil e outros tantos correntes em Portugal revelou coincidência em pouco mais de 200 termos. Como este confronto foi realizado há mais de uma década, pode reear – se que a dispersão terminológica seja hoje ainda mais acentuada entre os dois países, em domínios de ponta.

Finalmente, nenhuma língua é suporte neutro para os produtos culturais que nela são criados. Ao escolher a língua em que escrevemos, estamos também a escolher uma literatura científica em que desejamos ser acolhidos, os autores que preferimos, as terminologias e estilos de exposição nela consagrados e que adotamos. Se escolhemos escrever ciência em inglês, difícil se torna não adotarmos também programas de pesquisa próprios dessa língua e, com eles, importarmos como centrais à nossa atividade preocupações que nasceram em quadros culturais onde prevalecem relações que não são as nossas.

IVO CASTRO

28 de setembro de 2013

*A propósito da 2ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que terá lugar em Lisboa, no final deste mês, o Professor Ivo Castro, Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e Presidente da Comissão Científica do 1º segmento desta Conferência, reflete sobre a relevância da língua portuguesa enquanto língua de ciência – tópico que norteará o encontro de eminentes académicos.*



nal e não poderiam ser substituídas por traduções sem perda de rigor, de significação e de capacidade criativa. Isto é particularmente verdade quando se trata do estudo dessas próprias línguas e das várias literaturas e culturas que as usam como veículo preferencial – estudo que, mesmo quando produzido em outra língua, exige do estudioso um profundo conhecimento da língua-



FOTO: ANA PAULA SOARES

A reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que se seguirá à II Conferência internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a 29 e 30 de outubro, deverá aprovar o chamado 'Plano de Ação de Lisboa', foi revelado na conferência de imprensa de apresentação da conferência, a 20 de setembro. Na foto (esq./dir.) Ivo Castro, Presidente da Comissão Científica da conferência, Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões, IP, Murade Murargy, Secretário-executivo da CPLP, e Rui Aleixo, representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

## Legis-PALOP Novos projetos em agenda

«O Legis-PALOP, a base de dados jurídica em linha dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, fez em julho 4 anos. Atingida a maturidade, a base de dados desenvolvida no âmbito do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), pela consultora de desenvolvimento e ambiente *Ecosphere*, com financiamento do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e da Cooperação Portuguesa (Camões, IP), volta-se agora para novos projetos.

O primeiro – um guia do investidor nos PALOP, lançado por iniciativa do Comité de Coordenação do Legis-PALOP, à data presidido por Angola – foi apresentado ao público na celebração do 4º aniversário, em Luanda, coincidindo com o IV Encontro Anual do comité de coordenação desta instituição dos ‘cinco’, em que a sua liderança passou de Angola para Cabo Verde. O *Guia para Investir nos PALOP* reúne num livro a informação relativa ao «ordenamento jurídico relevante para o desenvolvimento de negócios em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe».

Na mesma linha, por iniciativa do Ministério da Justiça de Cabo Verde, o Legis-PALOP prevê lançar no V Encontro Anual, em 2014, no quadro do projeto de Apoio ao Estado de Direito, a ser financiado pelo 10º FED, uma publicação que cubra matérias como o combate ao tráfico de drogas, à corrupção e ao branqueamento de capitais – áreas que interessam particularmente às administrações públicas e ao meio académico, apresentando nesse âmbito versões consolidadas dos principais diplomas e anotações relevantes, segundo adianta Teresa Amador, coordenadora da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOGR), entidade a funcionar junto da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em Lisboa, que faz o enlace entre as várias unidades técnicas, operacionais e de gestão a funcionar em cada um dos PALOP.

Outros projetos em carteira no Legis-PALOP são a publicação de legislação dos ‘cinco’ em inglês e francês, nomeadamente tudo o que tenha a ver com a parte de investimentos, e, no quadro do 10º FED, o alargamento da base de dados a Timor-Leste, o que surge como mais um passo para aproximar a instituição dos ‘cinco’ de todos os oito países membros da CPLP.

### VERSÕES CONSOLIDADAS

Entre os produtos específicos ou derivados do Legis-PALOP que estão



na agenda encontra-se também a preparação da edição em papel de «versões consolidadas» de diversos códigos de Angola, revela Teresa Amador. «O ministro da Justiça de Angola [Rui Manguera] entendeu que a disponibilização electrónica de versões consolidadas dos principais instrumentos jurídicos era uma enorme mais-valia do Legis-PALOP», que tem de ser mais disseminada.

As «versões consolidadas» são precisamente um dos aspetos mais característicos do Legis-PALOP, que a 30 de setembro apresentava um total de 39.525 entradas, entre atos normativos de natureza jurídica «geral e abstrata» – excluindo, portanto, atos de natureza administrativa –, jurisprudência (4.977), doutrina e documentos (1.612) e *thesaurus* (4.055).

Dos diplomas acolhidos pelo Legis-PALOP, uma parte (4.731) é anterior às independências, sendo a informação assinalada a itálico na base de dados. «O que os países fizeram em muitos casos não foi adotar códigos novos, mas antes fazer alterações aos códigos existentes antes de 1975», explica Teresa Amador. A versão consolidada apresenta «as sucessivas vicissitudes do ato normativo refletidas num único diploma, o que para códigos muito extensos é de uma mais-valia enorme», em particular para os juristas. No fundo, diz, trata-se de uma «versão virtual», porque nunca foi oficialmente aprovada nos jornais oficiais. Mas, «como um jurista moçambicano me dizia, é a diferença entre andar com um *laptop* ou ter a mala do carro cheia de códigos», sintetiza a coordenadora regional da base de dados.

Outra vantagem do Legis-PALOP está no acesso a um *thesaurus*, «que permite fazer uma navegação mais amiga do utilizador», ao indexar um conjunto de «conceitos que são comuns e conceitos próprios de cada ordenamento jurídico», à legislação, à jurisprudência e a textos doutrinários e outros documentos, como sejam pareceres de ordens de advogados e de procuradorias-

gerais, na íntegra ou como referência bibliográfica – caso dos livros. «Um dos outros sucessos» da base de dados sublinhado por Teresa Amador é o facto de disponibilizar o acesso a acórdãos dos tribunais e instâncias superiores, tornando pública matéria que de outra forma seria nalguns países praticamente confidencial.

### ORGANIZAÇÃO

Para além da estrutura operacional e de gestão regional sediada em Lisboa, o Legis-PALOP assenta em unidades técnicas operacionais e de gestão em cada um dos PALOP, dotadas dos respetivos regulamentos internos. A tutela das unidades nacionais é assegurada pelos respetivos ministérios da Justiça, que integram as imprensas nacionais ou entidades equivalentes em cada país. «Ter uma informação jurídica fidedigna é absolutamente fundamental numa base desta natureza e, portanto, as imprensas nacionais são a fonte da informação disponibilizada e as responsáveis pela sua atualização em cada país», explica Teresa Amador. O facto de os regulamentos internos das unidades nacionais terem sido publicados nos jornais oficiais e de estas unidades figurarem nas orgânicas dos ministérios da Justiça é «um sinal claro da apropriação desta iniciativa pelos países».

Já as entidades que classificam a legislação variam. No caso de Angola, é a Ordem dos Advogados, no da Guiné-Bissau a Faculdade de Direito de Bissau, e no de Moçambique o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, sendo o Ministério da Justiça o responsável pela classificação jurídica em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe «O que fizemos foi em cada país encontrar as entidades com as valências mais adequadas para garantir esse trabalho».

Se a «apropriação» pelos países é uma realidade traduzida na contemplação da iniciativa nos orçamentos de vários dos ‘cinco’, não é menos a sustentabilidade da iniciativa. Segundo Teresa Amador, a necessidade de garantir a sustentabilidade

do Legis-PALOP decorre do estudo de mercado que foi feito durante o desenvolvimento do projeto, o qual concluiu não dever a base de dados ficar totalmente dependente, seja da ajuda externa seja dos orçamentos nacionais. «Tinha que ter alguma autossustentação». Daí que, sendo embora um instrumento de cooperação, o Legis-PALOP aborde o universo a que se dirige em termos de mercado. A coordenação regional advoga que as unidades técnicas nacionais integrem, para além dos juristas e dos técnicos responsáveis pela inserção da informação jurídica, pessoas da área comercial e de *marketing* e que o Brasil esteja, enquanto mercado, entre as prioridades do Legis-PALOP.

A exigência de «autonomia administrativa e financeira» de cada unidade nacional refletiu-se na criação de um método de acesso duplo ao sistema. O cidadão comum, depois de se registar como utilizador, entra na base de dados que pode pesquisar legislação por país, tipo de ato normativo, número e data de publicação. Acede assim a uma identificação do documento, mas não tem a possibilidade de consultar o seu conteúdo.

### SOLIDARIEDADE E EQUIDADE

Uma pesquisa mais elaborada, com recurso a um motor de busca mais robusto incluindo por palavras-chave e o acesso aos textos em PDF, versões consolidadas, legislação associada, *thesaurus* (que permite a comparação entre os ordenamentos jurídicos dos 5 países) e doutrina e documentos estão reservados aos subscritores do Legis-PALOP. O preço estabelecido discrimina entre subscritores dos espaços PALOP e não PALOP, mais favorável ao primeiro.

As receitas geradas por estes subscritores (cerca de 500 para um total de cerca de 8 mil utilizadores simples) são canalizados para as unidades nacionais, sendo que as receitas das subscrições «regionais», entendidas como exteriores aos PALOP, são, de acordo com o princípio da solidariedade e equidade sub-

jacente ao Legis-PALOP, distribuídas equitativamente pelas unidades dos ‘cinco’, apesar da grande diferença do volume de informação tratada entre países.

À unidade regional dirigida por Teresa Amador cabe «garantir que a máquina funciona». «A máquina existe, mas depois é preciso oleá-la, quase diariamente», diz. «Alguém tem de facto de garantir o controlo de qualidade, a articulação entre as unidades nacionais, a gestão dos subscritores e a promoção e divulgação do Legis-PALOP e seus produtos derivados», uma tarefa inteiramente feita pela coordenação regional que «verdadeiramente nunca acaba».

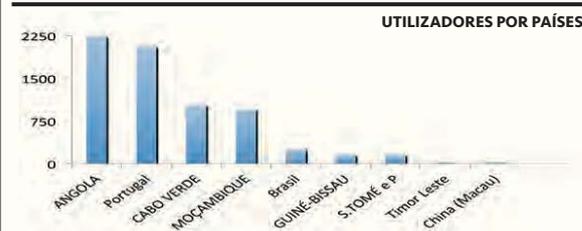
## Agenda

• **17/10** - Apresentação do livro *Saint-John Perse et Calouste Gulbenkian / correspondances 1946-1954*, de Vasco Graça Moura. Na presença do autor, de Gérard Lamoureux, delegado-geral do Festival des Outre-Mers e de Henriette Levillain, especialista em Saint John Perse e responsável pelos ‘Cahiers Saint John Perse’, Ed. Gallimard. Às 18:30, em Paris, na Fundação Calouste Gulbenkian - Delegação em França.

• **21/10** - *Gemeinsam in Berlin* - Apresentação do documentário *Gemeinsam* - Erika Pluhar und Fado, na presença do realizador, maestro António Vitorino d’Almeida (Berlim, Instituto Ibero-americano). Organização do Leitorado em Berlim do Camões, IP e com o apoio do Camões IP, Embaixada de Portugal em Berlim e Instituto Ibero-americano

• **6/11** - *Noites da Berlinda* - Leitura de *Despaís* de Pedro Sena-Lino, seguida de debate com o poeta e tradutor Daniel Falb, o historiador Samuel Coghe e a diretora do Centro de Línguas da Freie Universität Berlin, Ruth Tobias. Projeção filme *Cabralista* (Berlim, Kulturbrauerei). Apoios: Camões, IP, Embaixada de Portugal. [www.berlinda.org](http://www.berlinda.org)

• **4 a 11/11** - Festival de Cinema de Duisburg – No âmbito do certame e na secção Filme Documentário para crianças e jovens (doxsl), será apresentado, com o apoio do Camões, IP, a 5/11, no Filmforum de Duisburg, o filme português *Cama de Gato*, que está nomeado para o prémio *Grosse Klappe*. Os dois realizadores, Filipa Reis e João Miller Guerra, estarão presentes para a participação num debate a realizar após a exibição do filme.



## Selecionados os quatro textos portugueses para o Prémio António José da Silva

Já foram selecionados os quatro textos portugueses que disputarão com igual número de textos brasileiros a parte final da 7ª edição do Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia António José da Silva.

Vinte textos tinham sido admitidos em Portugal ao Prémio Luso-Brasileiro, a partir de 23 candidaturas registadas. No Brasil foram recebidas 232 candidaturas.

Os textos selecionados em Portugal foram *Viagem* (pseudónimo João Nuno Sanches); *Quando a Noite Cai* (pseudónimo Vânia Alvitano); *Os últimos anos do homem-celha* (pseudónimo Silveira Rodrigues), e *Frente Fria* (pseudónimo Miguel Ferrão).

Nos termos do regulamento, ao qual entretanto foi acrescentada uma adenda, o vencedor do Prémio deverá ser anunciado até ao final de 2013 por um júri luso-brasileiro, que reunirá por vídeo-conferência.

O Prémio António José da Silva é uma iniciativa conjunta do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP, e da Fundação Nacional de Artes do Ministério da Cultura (FUNARTE, Brasil).

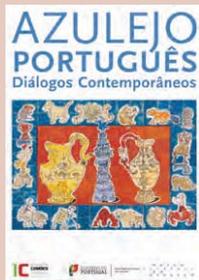
Os jurados portugueses do Prémio deste ano são o ator João Neves, do Teatro Nacional D. Maria II, o encenador João Brites, do Teatro O Bando, e a investigadora Ana Rita Martins, do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A obra vencedora será editada nos dois países e o seu autor receberá um prémio pecuniário no montante de 15 mil euros.

O Prémio tem por objetivo incentivar a escrita dramática em língua portuguesa em todos os seus géneros (teatro para adultos, teatro para a infância e para a juventude), impulsionar o surgimento de novos dramaturgos de língua portuguesa e reforçar as parcerias de desenvolvimento e cooperação cultural entre Portugal e o Brasil.

Os dramaturgos portugueses já distinguidos com este prémio foram José Maria Vieira Mendes, Abel Neves, Luís Mário Lopes e Luís Miguel Patrício Campião. Do Brasil, foram premiados Fábio Mendes e Marco Catalão.

## Azulejaria portuguesa em Sevilha



São obviamente muitos os laços culturais entre Portugal e Espanha e a azulejaria é um deles. Quando no final do século XV/início do século XVI «se assistiu à difusão do azulejo em Portugal», ele era importado principalmente de Sevilha e apresentava forte influência da cultura islâmica – eram os chamados azulejos hispano-mouriscos. Não admira assim, que «alguns dos melhores conjuntos de azulejos sevillanos» se encontrem em Portugal, nomeadamente em Lisboa, Beja, Sintra, Coimbra e Abrantes. Claro que a azulejaria portuguesa criaria depois

centros de produção próprios, recebendo novas influências, nomeadamente flamengas, tornando-se desde finais do século XVI «o foco de produção azulejar mais importante da Europa Moderna».

Agora, essa tradição ceramista partilhada entre Portugal e Espanha serviu de mote para a realização na capital da Andaluzia, a 4 e 5 de outubro, de umas jornadas académicas dedicadas à *Azulejaria e Cerâmica em Portugal na Idade Moderna (Séculos XVI-XVIII)*, acolhidas pela Universidade de Sevilha, com o apoio de um conjunto de entidades entre as quais figurou o Camões, IP.

Uma «ativa equipa de jovens investigadores e professores portugueses das duas universidades de Lisboa» foram acolhidos pela Universidade de Sevilha, dando a conhecer ao grande público os atrativos estéticos e os valores patrimoniais e culturais do azulejo português.

A realização das jornadas foi acompanhada pela inauguração na Sala del Apeadero do Real Alcázar (Palácio Real) de Sevilha da exposição itinerante *Azulejo Português. Diálogos Contemporâneos*, resultante de uma colaboração do Museu do Azulejo com o Camões, IP, e levada a Sevilha por este instituto e pelo Consulado de Portugal naquela cidade do sul de Espanha com o concurso do Real Alcázar e da Universidade de Sevilha.

Nesta exposição, composta por curtos textos de divulgação e por material fotográfico, o visitante pôde avaliar a importância cultural desta parcela do património artístico e arquitetónico português e relacioná-lo com o património azulejar sevillano.

## Curso de literaturas em língua portuguesa assinala 25 anos em Maputo

O curso de literaturas em língua portuguesa, organizado em Moçambique pelo Camões – Centro Cultural Português e pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), assinala este ano a sua 25ª edição com um programa em que pela primeira vez acolhe uma exposição «integralmente produzida» no país dedicada aos escritores Paulina Chiziane e Ungulani Ba Ka Khosa, com fotografias de Mauro Pinto e Francisco Branquinho (v. caixa).

O programa do curso, prometem os seus promotores, «vai conter algumas alterações inovadoras que se prendem, por um lado, com a celebração da data e, por outro, com a necessidade de renovar o produto cultural, numa tentativa de acompanhamento do desenvolvimento da sociedade moçambicana».

O curso está organizado em 3 módulos, num total de 25 horas, que estão a decorrer desde setembro com a inauguração da exposição no primeiro módulo, seguida no mesmo mês por entrevistas públicas aos dois escritores efetuadas por Nelson Saúte, jornalista, crítico literário e ele próprio escritor, e por uma pales-

tra conjunta sobre o perfil literário de Chiziane e Ba Ka Khosa pelos professores e investigadores da UEM Gilberto Matusse e Teresa Manjate.

O segundo e terceiro módulos, que têm lugar neste mês de outubro (21 a 28) e em março de 2014 (3 a 6), têm como temas «a escrita» e «a leitura». Miguel Gullander, escritor e professor da rede do Camões, IP, na Universidade de Pretória, falará sobre «o que é a escrita criativa» e sobre quais as ferramentas a ela necessárias, enquanto o escritor Valter Hugo Mãe manterá uma conversa com os participantes do curso e abordará com eles o tema «escrever a periferia da vida», temas que focará novamente na conversa que manterá no polo da cidade da Beira do Centro Cultural Português.

O terceiro módulo está a cargo de três docentes: Francisco Noa, professor de literatura na UEM, que em duas palestras trata dos temas do «escritor, o texto e o leitor» e do «que é que se aprende a ler», e dos leitores do Camões, IP, na UEM e na Universidade Pedagógica; Conceição Siopa, que abordará «o texto literário na aula de Português»; e José António

Marques, que trabalhará as «ferramentas interativas para a leitura».

Segundo os promotores, «pelos suas características ecléticas, este encontro anual com a literatura conta normalmente com um público numeroso, variando entre os 80 a 130 participantes» diários. A assistência varia usualmente, «entre estudantes e professores dos diversos níveis e áreas de interesse, jornalistas culturais e pessoas das mais variadas áreas socioprofissionais da sociedade moçambicana».

Nos 25 anos do curso, «falou-se de literatura portuguesa, moçambicana, brasileira, cabo-verdiana e angolana. Falou-se da literatura e do humor, das relações entre a literatura e o jornalismo, de literatura e de cinema, da convergência das diferentes escritas, dos diferentes modos de ler, entre muitos outros temas».

Houve também «muitos e célebres convidados portugueses, como José Saramago, Eugénio Lisboa, Eduardo Lourenço, Alzira Seixo, Lídia Jorge, Casimiro de Brito, Rui Zink, Inês Duarte, José Rodrigues dos Santos, entre outros, e muitas tertúlias sempre em torno da literatura e do legado cultural, de aprendizagem e de reflexão, que a escrita literária nos deixa».

«Pelos temáticas abordadas e reflexões concretizadas, este Curso tem contribuído para a divulgação das literaturas que se escrevem em língua portuguesa, dos seus autores e das suas obras, nomeadamente para autores e obras das literaturas portuguesa e moçambicana».

## «Enriquecer leituras» em Maputo



A exposição *Configurações (Im)prováveis* – que esteve patente no Camões/Centro Cultural Português em Maputo, de 17 de setembro a 10 de outubro, e que constituiu o prólogo ao primeiro dos três módulos do XXV Curso de Literaturas em Língua Portuguesa a decorrer na capital moçambicana – teve por objetivo dar a conhecer o universo da criação literária dos escritores moçambicanos Paulina Chiziane e Ungulani Ba Ka Khosa.

Na antecâmara da exposição, surgiu um apontamento biográfico dos escritores apresentados ao público por eles próprios: os acontecimentos mais marcantes, os amigos mais importantes, alguns objetos mais queridos, algumas fotografias escolhidas.

Mas a exposição, a primeira organizada no âmbito do curso integralmente produzida em Moçambique, juntou «aos olhares da escrita dos dois escritores moçambicanos sobre a cultura, o espaço, a história e a ficção» a fotografia moçambicana,

pelo olhar de Mauro Pinto e Filipe Branquinho. «A ligação que se estabelece entre texto e imagem é também uma forma de enriquecer leituras, abrindo espaço à recriação de outros e diferentes universos de sentido», explicaram os responsáveis pela exposição organizada e produzida em Moçambique pelo Centro Cultural Português e patrocinada pelo Camões, IP.

A este cruzamento, ligou-se o saber académico e a crítica literária através de Gilberto Matusse que selecionou, em colaboração com Teresa Manjate, os excertos que apresentaram ao público as obras dos autores de *Niketche: Uma História de Poligamia* e de *Ualalapi* e os respetivos perfis literários.

A organização da exposição teve ainda, além dos textos de Gilberto Matusse e Teresa Manjate, empréstimos do Arquivo Histórico Moçambicano e do Museu Nacional de Arte, bem como de colecionadores privados, mostrando «objetos,

livros, entrevistas e documentos relevantes para conhecer a vida e obra destes autores».

Enquadrado por esta exposição, o 1º módulo do Curso decorreu nos dias subsequentes, com sessões de entrevistas aos dois escritores, conduzidas por Nelson Saúte e uma sessão de apresentação literária dos escritores por Matusse e Manjate.



### Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270  
1250-149 Lisboa  
TEL. 351+213 109 100  
FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt  
jlenarte@camoes.mne.pt  
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho  
COORDENAÇÃO Margarida Duarte  
COLABORAÇÃO Carlos Lobato